



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ – SEFAZ
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista do Tesouro Estadual
Área de Conhecimento: Geral

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 2

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O caráter de uma pessoa é estruturado por suas atitudes e seus ideais.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**P2 – PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

Atenção: Considere as transações descritas nos itens a seguir, que foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e se referem ao exercício financeiro de 2024 para responder às questões de números 1 a 5.

- I. Alienação de um veículo, em 18/12/2024, pelo valor total de R\$ 51.000,00. Nessa data, o veículo estava registrado no Ativo Imobilizado pelo custo de R\$ 145.000,00 e o valor da depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas era de R\$ 92.000,00. O valor da venda foi integralmente recebido pela entidade pública em janeiro de 2025.
 - II. Arrecadação de receitas de Contribuições Sociais no valor total de R\$ 890.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência (patrimonial), ocorreu durante o exercício financeiro de 2024.
 - III. Lançamento de receitas de Impostos no valor total de R\$ 9.151.000,00. Deste montante, R\$ 8.820.000,00 foram arrecadados durante o exercício financeiro de 2024, e o valor restante foi recebido pela entidade pública em janeiro de 2025.
 - IV. Obtenção de operação de crédito no valor total de R\$ 1.255.000,00.
 - V. Recebimento antecipado de receitas tributárias em dezembro de 2024. O valor total recebido em dinheiro foi R\$ 110.000,00. O evento tributável destas receitas ocorreu em janeiro de 2025.
 - VI. Recebimento de depósito em caução em dinheiro no valor total de R\$ 39.000,00.
 - VII. Recebimento de dinheiro em doação, sem condições atreladas à doação, no valor total de R\$ 57.000,00.
 - VIII. Recebimento de um terreno em doação, em 13/11/2024, sem condições atreladas à doação. Nesta data, o valor justo do terreno era de R\$ 526.000,00.
 - IX. Registro de um ativo contingente decorrente de reivindicação por meio de processo judicial cujo resultado é incerto e a entrada de recursos é considerada provável, pelo valor total de R\$ 347.000,00.
 - X. Reversão de provisão no valor total de R\$ 481.000,00. A provisão havia sido reconhecida no exercício financeiro de 2022 e, em 2024, considerou-se remota a possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros para o pagamento da obrigação.
1. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto total das transações descritas no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2024 foi positivo de
- (A) R\$ 11.450.000,00
 - (B) R\$ 11.103.000,00
 - (C) R\$ 11.171.000,00
 - (D) R\$ 11.213.000,00
 - (E) R\$ 11.142.000,00
-
2. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto total das transações descritas no resultado da execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2024 foi positivo de
- (A) R\$ 11.132.000,00
 - (B) R\$ 11.171.000,00
 - (C) R\$ 11.658.000,00
 - (D) R\$ 11.022.000,00
 - (E) R\$ 11.479.000,00
-
3. De acordo com a NBC TSP 12, a Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2024, elaborada pelo método direto, expõe o valor total de
- (A) R\$ 526.000,00, referente à transação descrita no item VIII, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.
 - (B) R\$ 481.000,00, referente à transação descrita no item X, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (C) R\$ 51.000,00, referente à transação descrita no item I, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.
 - (D) R\$ 110.000,00, referente à transação descrita no item V, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (E) R\$ 9.151.000,00, referente à transação descrita no item III, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.



4. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, a transação descrita no item
- (A) VIII origina um ativo não circulante em 13/11/2024, desde que a propriedade legal do terreno seja transferida para a entidade pública nessa data.
 - (B) IV origina uma receita que corresponde a um aumento na situação patrimonial líquida da entidade pública não oriundo de contribuição dos proprietários.
 - (C) IX origina um ativo, definido como um item, com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos, controlado no presente como resultado de evento passado.
 - (D) VIII origina um ativo, definido como créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
 - (E) V origina um passivo em dezembro de 2024, definido como uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade pública.
-
5. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de 31/12/2024 deve apresentar o valor total de
- (A) R\$ 51.000,00, referente à transação descrita no item I, integrando o valor total do Ativo Permanente.
 - (B) R\$ 9.151.000,00, referente à transação descrita no item III, integrando o valor total do Ativo Financeiro.
 - (C) R\$ 526.000,00, referente à transação descrita no item VIII, integrando o valor total do Ativo Financeiro.
 - (D) R\$ 481.000,00, referente à transação descrita no item X, integrando o valor total do Ativo Financeiro.
 - (E) R\$ 347.000,00, referente à transação descrita no item IX, integrando o valor total do Ativo Permanente.
-
6. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, (i) a apropriação mensal em maio de 2025, de acordo com o regime de competência (patrimonial), de 13º salário dos servidores de uma entidade pública, cuja execução orçamentária da despesa para o pagamento do 13º salário deve ocorrer nos meses de novembro e dezembro de 2025; e (ii) a baixa, em maio de 2025, de provisão para riscos trabalhistas reconhecida em fevereiro de 2021 pelo valor total de R\$ 154.000,00 e registro do passivo correspondente pelo valor total de R\$ 162.000,00, originam, em maio de 2025, respectivamente,
- (A) uma provisão e uma variação patrimonial diminutiva.
 - (B) uma provisão e um passivo permanente.
 - (C) uma provisão e uma variação patrimonial qualitativa.
 - (D) um passivo permanente e uma variação patrimonial quantitativa.
 - (E) um passivo permanente e um passivo financeiro.

Atenção: Considere as transações descritas nos itens a seguir, que foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e se referem ao mês de janeiro de 2025 para responder às questões de números 7 a 9.

- I. Apropriação mensal, de acordo com o regime de competência (patrimonial), de seguro pelo valor total de R\$ 29.000,00. O seguro foi contratado em agosto de 2024, pelo valor total de R\$ 348.000,00, com vigência de 12 meses. A execução orçamentária para a contratação do seguro ocorreu integralmente em agosto de 2024.
 - II. Aquisição de um terreno pelo valor total de R\$ 680.000,00. No terreno será construída uma escola de educação infantil, com início das obras previsto para maio de 2025. A execução orçamentária para a aquisição ocorreu integralmente em janeiro de 2025.
 - III. Distribuição gratuita de produtos de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os produtos estavam registrados no estoque da entidade pública pelo valor total de R\$ 6.000,00.
 - IV. Empenho de despesa com aquisição de veículos escolares pelo valor total de R\$ 320.000,00. Os veículos foram recebidos pela entidade pública em fevereiro de 2025 e a despesa foi integralmente liquidada e paga neste mesmo mês.
 - V. Empenho e liquidação de despesa com pessoal ativo pelo valor total de R\$ 2.810.000,00. A despesa corresponde a vencimentos e vantagens fixas dos servidores da entidade pública que prestam serviços à população e o fato gerador da despesa, de acordo com o regime de competência (patrimonial), ocorreu em janeiro de 2025. A despesa foi integralmente paga em fevereiro de 2025.
 - VI. Recebimento de 500 livros escolares, em 15/01/2025, adquiridos para serem gratuitamente distribuídos no âmbito de um projeto social. A emissão da nota de empenho para a aquisição dos livros ocorreu em dezembro de 2024 pelo valor total de R\$ 12.500,00 e a liquidação e o pagamento ocorreram, respectivamente, em 16/01/2025 e 30/01/2025, pelo valor total empenhado em dezembro de 2024. A distribuição dos livros ocorreu integralmente em março de 2025.
7. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tem-se variações patrimoniais quantitativas no mês de janeiro de 2025 a partir das transações descritas, APENAS, no(s) item(s):
- (A) I.
 - (B) II, V e VI.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e V.
 - (E) I, III e V.



8. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor referente à transação descrita no item VI deve integrar o saldo exposto como
- (A) Despesa Paga no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2025.
 - (B) Despesa Orçamentária e Pagamento Extraorçamentário no Balanço Financeiro referente ao ano de 2025.
 - (C) Despesa Orçamentária e Recebimento Extraorçamentário no Balanço Financeiro referente ao ano de 2024.
 - (D) Passivo Circulante no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2024.
 - (E) Passivo Permanente no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de 31/12/2024.
-
9. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, utilizam-se, no mês de janeiro de 2025, contas contábeis das classes
- (A) 2 e 3 para o registro contábil da transação descrita no item I.
 - (B) 2, 3, 6 e 8 para o registro contábil da transação descrita no item V.
 - (C) 1, 4, 6 e 8 para o registro contábil da transação descrita no item II.
 - (D) 1 e 2 para o registro contábil da transação descrita no item IV.
 - (E) 2, 3, 6 e 8 para o registro contábil da transação descrita no item VI.
-
10. De acordo com a NBC TSP 04, o custo de estoque de
- (A) materiais recebidos, em novembro de 2024, por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado no seu reconhecimento inicial pelo custo que a entidade recebedora incorreria para adquirir esses materiais em 31/12/2024.
 - (B) alimentos mantidos para consumo no processo de produção de merenda escolar a ser distribuída gratuitamente deve ser mensurado pelo menor valor entre o custo ou custo corrente de reposição.
 - (C) material de construção para reparos em edificações deve integrar o preço de compra, os tributos recuperáveis e os não recuperáveis e os gastos com transporte, manuseio, seguro, armazenamento e comercialização.
 - (D) medicamentos danificados e conseqüentemente sem potencial de serviço deve ter o seu valor ajustado por meio de uma provisão para perdas que deve ser reconhecida diretamente no resultado patrimonial.
 - (E) equipamentos médicos sob encomenda que não são normalmente intercambiáveis deve ser atribuído pelo uso do critério último a entrar, primeiro a sair ou pelo critério do custo médio ponderado.
-
11. O valor contábil, em 28/02/2025, de um ativo não gerador de caixa registrado no ativo imobilizado de uma entidade pública era de R\$ 860.000,00. Nessa data, constatou-se que o valor justo, o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso do ativo eram de R\$ 858.000,00, R\$ 850.000,00 e R\$ 855.000,00, respectivamente.
- De acordo com a NBC TSP 09, deve-se registrar, em 28/02/2025, uma perda por redução ao valor recuperável do ativo pelo valor total de
- (A) R\$ 5.000,00, sendo que ela poderá ser revertida quando determinadas exigências forem atendidas.
 - (B) R\$ 5.000,00, sendo que ela substitui o reconhecimento sistemático da depreciação.
 - (C) R\$ 2.000,00, sendo que ela não poderá ser revertida em períodos futuros.
 - (D) R\$ 2.000,00, sendo que ela substitui o reconhecimento sistemático da depreciação.
 - (E) R\$ 10.000,00, sendo que ela reflete o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla.
-
12. De acordo com a NBC TSP 06, uma secretaria de habitação deve classificar como propriedade para investimento
- (A) terrenos mantidos para uso futuro ainda não definido e habitações mantidas para venda rotineira no curso normal de suas operações.
 - (B) habitações em construção sob responsabilidade da própria secretaria que serão futuramente vendidas no curso normal de suas operações.
 - (C) habitações mantidas para fornecer moradia para famílias em situação de vulnerabilidade financeira por aluguéis com preço abaixo do mercado.
 - (D) edificações em construção por conta de terceiros que serão futuramente vendidas no curso normal das operações da secretaria.
 - (E) edifícios que estejam desocupados, mas mantidos para serem arrendados sob arrendamento mercantil operacional com fins comerciais a terceiros.



Atenção: Considere as seguintes informações para responder às questões de números 13 e 14.

Uma entidade pública adquiriu, em 01/06/2023, uma máquina destinada ao fornecimento de serviços públicos de saúde à população. Nessa data, o preço de compra, os tributos não recuperáveis e os custos diretamente atribuíveis para colocar a máquina no local e em condições necessárias para ela operar conforme a intenção da administração foram, respectivamente, R\$ 310.000,00, R\$ 34.000,00 e R\$ 12.000,00.

A máquina foi disponibilizada para uso no local e nas condições pretendidas pela administração em 01/08/2023. Nesta data, o seu valor residual foi estimado em R\$ 110.000,00 e a sua vida útil em 20 anos. A entidade estabeleceu que a depreciação seria efetuada pelo método linear.

13. De acordo com a NBC TSP 07, o valor depreciável da máquina em 31/12/2023 era

- (A) R\$ 310.000,00
- (B) R\$ 200.000,00
- (C) R\$ 234.000,00
- (D) R\$ 246.000,00
- (E) R\$ 212.000,00

14. De acordo com a NBC TSP 07,

- (A) o valor contábil da máquina em 31/12/2023 era R\$ 356.000,00.
- (B) o valor contábil da máquina em 31/12/2023 era R\$ 310.000,00.
- (C) a depreciação acumulada da máquina em 31/12/2023 era R\$ 5.125,00.
- (D) a depreciação acumulada da máquina em 31/12/2024 era R\$ 12.300,00.
- (E) o valor contábil da máquina em 31/12/2023 era R\$ 246.000,00.

15. De acordo com a NBC TSP 26, uma entidade pública deve classificar como ativo biológico

- (A) terras destinadas ao cultivo de árvores que serão processadas em madeiras para a construção de casas após o abate.
- (B) plantas e arbustos utilizados em atividades de pesquisa para o desenvolvimento de novos medicamentos.
- (C) árvores frutíferas mantidas para a colheita de frutas que serão distribuídas gratuitamente como parte de merenda escolar.
- (D) fio de algodão resultante do processamento de algodão cultivado pela própria entidade para fins comerciais.
- (E) árvores abatidas destinadas ao processamento em madeira serrada que será utilizada para a construção de habitações.

Administração Financeira Orçamentária

16. O Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública,

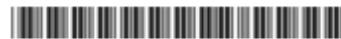
- (A) constitui elemento de instrução obrigatório para a apresentação da Proposta de Lei Orçamentária Anual e deve conter a indicação, para o período compreendido no mandato do Chefe do Executivo, de potenciais déficits do regime próprio de previdência do ente.
- (B) é parte integrante do Plano Plurianual (PPA) e é composto por diferentes elementos, entre os quais a estimativa e as medidas de compensação da renúncia de receita para os 4 anos de vigência do PPA.
- (C) instrui a Lei Orçamentária Anual e deve indicar, para o exercício em curso e para o seguinte, evolução do patrimônio líquido, incluindo a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- (D) constitui quadro específico da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no qual é projetada a expectativa de arrecadação para os próximos 2 exercícios, líquida da parcela relativa às transferências obrigatórias.
- (E) integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias e contempla, entre outros elementos, demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes.

17. Considerando a classificação relativa a receitas públicas e outras entradas de recursos aos cofres públicos, as denominadas receitas extraorçamentárias

- (A) devem ser utilizadas para fazer frente ao pagamento de restos a pagar gerados e cancelados no Orçamento do exercício em curso.
- (B) transitam pelo caixa do Tesouro, sendo objeto de lançamento contábil, porém não são passíveis de utilização para suportar despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual.
- (C) são aquelas provenientes do excesso de arrecadação em relação às previsões constantes da Lei Orçamentária Anual.
- (D) são geradas a partir da alienação de ativos, sendo vedada a aplicação em despesas de pessoal e custeio em geral.
- (E) correspondem à liquidação de créditos financeiros e não tributários, sendo destinadas à cobertura do serviço da dívida e pagamento de juros.



18. A reserva de contingência, que integra a Lei Orçamentária Anual, fixada como um percentual de receita corrente líquida
- (A) destina-se à cobertura de despesas decorrentes da materialização de passivos contingentes previstos em anexo próprio que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) somente pode ser utilizada na hipótese de não atingimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais.
 - (C) destina-se especificamente à cobertura de déficit atuarial do regime próprio de previdência dos servidores do ente.
 - (D) por ser constituída com receitas provenientes de alienação de ativos, não pode ser destinada à cobertura de despesas de custeio e pessoal.
 - (E) depende, para sua efetiva constituição, da existência de superávit orçamentário e financeiro no exercício correspondente.
-
19. Entre as diferentes classificações de receitas públicas, a divisão entre receitas originárias e derivadas leva em conta
- (A) a destinação, eis que as originárias devem ser aplicadas apenas em investimentos e inversões financeiras, o que pressupõe acréscimo no balanço patrimonial.
 - (B) a previsibilidade, dado que apenas as originárias constam como dotações previstas na Lei Orçamentária Anual.
 - (C) a origem, dado que as derivadas correspondem aos juros e outros rendimentos sobre aplicações das receitas originárias (disponibilidades de caixa).
 - (D) a presença do poder de império do Estado na obtenção de receitas derivadas, decorrentes da tributação do patrimônio privado.
 - (E) o caráter autônomo das originárias e o caráter dependente das derivadas, estas últimas que decorrem da exploração do patrimônio público.
-
20. De acordo com a conceituação apresentada pela doutrina para apresentar os diferentes tipos ou espécies de orçamento público, o denominado orçamento base zero pressupõe
- (A) o compromisso de eliminação de déficit até o final da execução orçamentária correspondente ao orçamento aprovado.
 - (B) ausência de planejamento, pois não segue as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) que todas as despesas e investimentos devem ser justificados, sem considerar o que foi gasto no ano anterior.
 - (D) ausência de subvenções econômicas para o setor privado e de medidas de renúncia fiscal que possam impactar a arrecadação.
 - (E) a adequação às metas previstas no Plano Plurianual, o que não ocorre quando adotado o orçamento tradicional ou o orçamento-desempenho.
-
21. O princípio da especialização ou da discriminação que informa os orçamentos públicos predica
- (A) que as receitas devem ser discriminadas por fonte, sendo vedada a aplicação de receitas correntes em despesas de capital, salvo quando houver excesso de arrecadação suficiente para caracterizar superávit financeiro.
 - (B) que a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos, admitindo-se, contudo, dotações globais, classificadas como despesas de capital, para custear Programas Especiais de Trabalho.
 - (C) a obrigatoriedade de indicação da fonte específica e individualizada das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, salvo quando se tratar de despesas de caráter obrigatório.
 - (D) que todas as receitas previstas e as despesas consignadas ou autorizadas na Lei Orçamentária Anual devem estar discriminadas, por categoria econômica, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) que apenas as despesas relativas a projetos ou programas previstos no Plano Plurianual devem ser discriminadas por elementos, sendo as demais discriminadas, no mínimo, por categoria econômica.
-
22. O Plano Plurianual constitui um dos pilares do planejamento orçamentário e, conforme disciplina estabelecida na Constituição da República, deve contemplar, entre outros elementos,
- (A) o cronograma de investimentos em projetos prioritários e das dotações necessárias para a correspondente execução.
 - (B) a fixação dos limites de endividamento do ente e autorizações para operações de crédito cujos recursos sejam destinados a programas de duração continuada.
 - (C) a previsão de medidas de compensação para a concessão de benefícios que importem renúncia fiscal com efeitos na projeção de receitas de mais de dois exercícios.
 - (D) a fixação de limites de despesas com pessoal e de custeio em geral para o ente, bem assim o estabelecimento de medidas de recondução no caso de extrapolação de tais limites.
 - (E) as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
-
23. Entre os elementos que devem integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, inclui-se(incluem-se)
- (A) o limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com despesas associadas ao regime de previdência dos servidores.
 - (B) o Relatório de Evolução da Dívida Pública, contendo a trajetória e as projeções de redução ou crescimento do serviço da dívida e dos juros para, no mínimo, os próximos 3 exercícios.
 - (C) o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
 - (D) o anexo contendo o Plano de Pagamentos de Precatórios e das Obrigações de Pequeno Valor para os próximos 4 exercícios.
 - (E) as metas de desempenho das empresas públicas e sociedades de economia mista e o limite de subvenção destinado às empresas dependentes no exercício subsequente.



24. As denominadas despesas obrigatórias de caráter continuado, enquanto categoria específica disciplinada pela legislação de regência,
- (A) correspondem à despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (B) somente podem ser criadas por lei em sentido formal, não podendo ser geradas por ato infralegal sob pena de crime de responsabilidade para o agente público que der causa à sua geração.
 - (C) consistem nos gastos públicos, de custeio ou de capital, previstos na Constituição Federal, como o percentual mínimo de aplicação da receita corrente líquida em despesas com saúde e educação.
 - (D) correspondem àquelas de natureza inercial, que independem de ato específico, tais como os juros e encargos financeiros sobre obrigações já constituídas em exercícios precedentes.
 - (E) não podem ser geradas no último exercício do mandato do Chefe do Executivo, salvo se houver suficiência de caixa para a correspondente cobertura nos próximos 2 exercícios.
-
25. Como decorrência do Princípio da Não-Afetação, um dos princípios orçamentários presentes em nosso ordenamento jurídico, VEDA-SE(VEDAM-SE)
- (A) a vinculação de produto de impostos a fundo ou despesa, sendo admissível, contudo, a vinculação em garantia à União.
 - (B) a criação de fundos especiais, com taxas ou contribuições vinculadas a determinada finalidade, salvo aquelas expressamente previstas na Constituição Federal.
 - (C) a fixação de taxas para cobertura de despesas relativas ao exercício de poder de polícia ou prestação individualizada de serviço público.
 - (D) o oferecimento de receitas tributárias, de qualquer natureza, como garantia de pagamento de contraprestação pública.
 - (E) as operações de securitização ou antecipação de receita orçamentária, salvo se relativas a receitas não tributárias.
-
26. De acordo com a disciplina estabelecida na legislação de regência em relação à classificação, constitui exemplo de despesa classificada como transferência corrente:
- (A) Pagamentos realizados para locações ou aquisição de imóveis destinados a instalações públicas.
 - (B) Amortização da dívida pública, com pagamento do principal de operação de crédito e dos juros correspondentes.
 - (C) Subscrição em aumentos de capitais deliberados por empresas públicas ou sociedades de economia mista.
 - (D) Subvenção econômica, autorizada por lei para cobertura de déficit operacional de entidade com fins lucrativos.
 - (E) Inversões financeiras decorrentes de aportes de capital em bens reversíveis no âmbito de concessões ou parcerias público-privadas.
-
27. Considere que determinada ação governamental que demande a realização de despesa pública não conte com dotação prevista na Lei Orçamentária Anual, de forma que a sua realização dependa da abertura de um crédito adicional. Tal crédito poderá ser
- (A) especial, o qual demanda autorização legal e comprovação da existência de superávit como única fonte viável para cobertura da despesa.
 - (B) suplementar, quando seja necessário apenas aumentar o valor de dotação insuficiente, o que pode ser feito por decreto do Chefe do Executivo.
 - (C) extraordinário, caso presente situação de calamidade pública e se trate de despesa urgente e imprevista, prescindido de lei e de indicação de fonte.
 - (D) extraordinário, em se tratando de despesa imprevista, dispensando-se a edição de lei, sendo necessária, contudo, a indicação de fonte de custeio.
 - (E) suplementar ou especial, a depender da natureza da despesa, sendo o primeiro destinado a despesas de custeio e o segundo a despesas de capital.
-
28. Tendo em vista as fases da execução da despesa pública e o princípio orçamentário da anualidade, uma despesa que tenha sido empenhada e liquidada em determinado exercício, porém não paga até o final do referido exercício,
- (A) caracteriza despesa extraorçamentária no exercício do empenho e orçamentária no exercício que ocorrer o pagamento.
 - (B) deve ser anulada, eis que vedado qualquer diferimento das etapas da execução de despesa pública para exercício seguinte.
 - (C) constitui hipótese de restos a pagar não processados, os quais devem ser cancelados, salvo se verificada disponibilidade de caixa para seu pagamento.
 - (D) deverá ser objeto de nova liquidação no exercício subsequente e onerará dotação específica do exercício em que ocorrer o pagamento.
 - (E) deverá ser inscrita em restos a pagar, caracterizados como restos a pagar processados, subsistindo a obrigação de pagamento pela Administração no exercício seguinte.



29. No curso da execução orçamentária, caso verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais,
- (A) o Poder Executivo deve proceder à limitação de empenho e de movimentação financeira (contingenciamento) no percentual estimado no Relatório Bimestral, sendo tal medida cogente para o Poder Executivo e meramente indicativa para os demais poderes.
 - (B) fica autorizado, em caráter discricionário, o contingenciamento das dotações correspondentes às despesas não discricionárias, em percentual suficiente para fazer frente à frustração de receita estimada para o quadrimestre subsequente.
 - (C) fica autorizada a realização de operação de antecipação de receita orçamentária, independentemente de lei específica, até o montante necessário para fazer frente à estimativa de frustração de receita relativa ao exercício orçamentário em curso.
 - (D) impõe-se a todos os Poderes e ao Ministério Público, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) ficam proibidas transferências voluntárias e suspensas as transferências obrigatórias, até que a realização da receita retorne aos patamares previstos na Lei Orçamentária Anual, não sendo atingidas pelo contingenciamento as transferências decorrentes de emendas impositivas.
-
30. Considere que a Administração tenha reconhecido, administrativamente, o direito de determinado prestador de serviços à majoração dos pagamentos relativos aos últimos 12 meses, o que inclui parcelas relativas ao exercício já encerrado (2024). As despesas incorridas com o pagamento, no exercício em curso (2025), dos valores relativos às diferenças devidas no exercício de 2024 são classificadas como:
- (A) Restos a Pagar não processados, constituindo despesa extraorçamentária do exercício de 2024.
 - (B) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), que diferem de Restos a Pagar pelo fato de não ter havido empenho no exercício anterior.
 - (C) Restos a Pagar processados, constituindo despesa orçamentária do exercício de 2024 e receita orçamentária de 2025.
 - (D) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), a qual somente poderá ser paga se tiver ocorrido a correspondente liquidação no exercício de 2024.
 - (E) Despesas Extraorçamentárias, devendo onerar dotação específica do orçamento de 2025, independentemente de eventual empenho em 2024.

Contabilidade Geral

Atenção: Para responder às questões de números 31 e 32 utilize as informações a seguir:

Em 02/12/2022, a empresa Compra e Venda S.A. adquiriu determinada mercadoria para revenda e pagou, à vista, os seguintes valores:

- Para o fornecedor das mercadorias: R\$ 300.000,00.
- Para a empresa que transportou as mercadorias do depósito do fornecedor até seu depósito: R\$ 20.000,00.

O valor total dos tributos recuperáveis incluídos nos valores pagos foi R\$ 40.000,00.

Em 22/12/2022, a empresa vendeu 80% das mercadorias que haviam sido adquiridas e pagou R\$ 30.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas.

31. O valor do Custo das Mercadorias Vendidas registrado no resultado de 2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação à venda das mercadorias citadas, foi
- (A) R\$ 240.000,00
 - (B) R\$ 256.000,00
 - (C) R\$ 224.000,00
 - (D) R\$ 248.000,00
 - (E) R\$ 208.000,00
-
32. O saldo contábil da conta Estoques, após a venda e entrega das mercadorias vendidas, registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação às mercadorias citadas, era
- (A) R\$ 64.000,00
 - (B) R\$ 56.000,00
 - (C) R\$ 62.000,00
 - (D) R\$ 52.000,00
 - (E) R\$ 60.000,00



Atenção: Para responder às questões de números 33 e 34 utilize as informações a seguir:

No dia 01/12/2024, a empresa Rentabilizando S.A. realizou duas aplicações em ativos financeiros, cujos valores e as respectivas classificações feitas pela empresa foram as seguintes:

- R\$ 400.000,00 são mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 300.000,00 são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As duas aplicações remuneravam à mesma taxa de juros de 0,8% ao mês.

Os valores justos dos títulos, em 31/12/2024, eram os seguintes:

- R\$ 408.000,00 para os títulos mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 306.000,00 para os títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

33. Na Demonstração do Resultado do ano de 2024 da empresa Rentabilizando S.A., o valor total registrado, especificamente em relação às duas aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024, foi

- (A) R\$ 19.600,00
- (B) R\$ 14.000,00
- (C) R\$ 10.400,00
- (D) R\$ 9.200,00
- (E) R\$ 5.600,00

34. O valor total registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 da empresa Rentabilizando S.A., especificamente em relação às duas aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024, foi

- (A) R\$ 705.600,00
- (B) R\$ 714.000,00
- (C) R\$ 710.400,00
- (D) R\$ 709.200,00
- (E) R\$ 700.000,00

35. A empresa Investidora S.A. possui 80% das ações da empresa Dependente S.A. e detém o seu controle. O investimento é avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial e estava registrado em 31/12/2020 no Balanço Patrimonial da Investidora S.A. pelo valor de R\$ 40.000.000,00.

No período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a empresa Dependente S.A. reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido apurado em 2021: R\$ 5.000.000,00
- Pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado em 2020: R\$ 1.200.000,00
- Proposta de dividendos referentes ao ano de 2021: R\$ 2.000.000,00

Se, à época da aquisição do investimento, não houve pagamento de ágio nem ganho por compra vantajosa, o valor líquido evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2021 da empresa Investidora S.A., referente à sua participação na empresa Dependente S.A., foi

- (A) R\$ 2.400.000,00
- (B) R\$ 4.000.000,00
- (C) R\$ 3.040.000,00
- (D) R\$ 1.440.000,00
- (E) R\$ 5.000.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 36 e 37 utilize as informações a seguir:

Um equipamento foi adquirido pela empresa Produtora Integral S.A. para uso na sua atividade e entrou em operação no dia 01/07/2022. A empresa pagou, à vista, os seguintes valores para dispor do equipamento nas condições de uso estabelecidas:

- Pagamento ao fornecedor do equipamento R\$ 1.400.000,00
- Gastos com instalação e customização do equipamento R\$ 760.000,00

A vida útil do equipamento foi definida pela empresa em 8 anos e o valor residual esperado para sua venda foi estimado, no final do prazo de vida útil, em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para a determinação da despesa de depreciação e a vida útil do equipamento para fins fiscais é 10 anos. Não foi identificado, até 31/12/2023, a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

36. O saldo contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da Produtora Integral S.A. foi

- (A) R\$ 1.830.000,00
- (B) R\$ 1.755.000,00
- (C) R\$ 1.836.000,00
- (D) R\$ 1.212.500,00
- (E) R\$ 1.250.000,00



37. O valor da despesa de depreciação registrado pela empresa Produtora Integral S.A. no resultado de 2023 foi
- (A) R\$ 216.000,00
 - (B) R\$ 270.000,00
 - (C) R\$ 220.000,00
 - (D) R\$ 100.000,00
 - (E) R\$ 125.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 38 e 39 utilize as informações a seguir:

Um ativo intangível, com vida útil definida em 20 anos, estava apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 da empresa Só Aparência S.A. com os seguintes valores:

Custo de aquisição	5.000.000,00
(-) Amortização acumulada	<u>(1.125.000,00)</u>
(⇒) Valor contábil do ativo	3.875.000,00

Para a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de *impairment*) em 31/12/2022, a empresa obteve as seguintes informações sobre esse ativo intangível, com os valores expressos em reais:

- Valor em uso	3.500.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda	3.300.000,00

38. O valor contábil líquido apresentado para esse ativo intangível pela empresa Só Aparência S.A., no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, foi
- (A) R\$ 3.500.000,00
 - (B) R\$ 3.625.000,00
 - (C) R\$ 3.300.000,00
 - (D) R\$ 3.875.000,00
 - (E) R\$ 2.750.000,00

39. O valor total registrado pela empresa Só Aparência S.A. no resultado de 2022 relacionado com o ativo intangível foi
- (A) R\$ 250.000,00
 - (B) R\$ 575.000,00
 - (C) R\$ 125.000,00
 - (D) R\$ 375.000,00
 - (E) R\$ 1.125.000,00

40. Um empréstimo, com as características apresentadas a seguir, foi obtido pela empresa Endividada S.A.:

- Data da obtenção do empréstimo	30/11/2020
- Valor bruto do empréstimo	R\$ 50.000.000,00
- Prazo total do contrato	8 anos
- Taxa de juros compostos contratada	0,95% ao mês
- Forma de pagamento	parcelas mensais de mesmo valor
- Valor das parcelas mensais	R\$ 796.249,10
- Valor dos custos de transação incorridos	R\$ 1.008.621,87

Os custos de transação foram pagos na data de início do contrato e a taxa de custo efetivo do empréstimo foi 1% ao mês.

Em relação a esse empréstimo é correto afirmar que:

- (A) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 475.000,00.
- (B) o saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 49.703.750,90.
- (C) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 500.000,00.
- (D) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 796.249,10.
- (E) o saldo total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 48.685.042,81.

**Economia do Setor Público**

41. A respeito do conceito de "bens meritórios" desenvolvido por Richard Musgrave em meados do século passado, considere:
- I. Foi apresentado pelo autor como decorrência da noção de "função estabilizadora do setor público".
 - II. Outra denominação aplicável para o mesmo tipo de bens é a de "bens semipúblicos".
 - III. Estes bens não satisfazem o princípio da exclusão.
 - IV. Como exemplo de "bem meritório" podemos citar a oferta pública de saneamento básico.
 - V. Estes bens podem ser ofertados, também, pelo Setor Privado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) II e IV.

42. Em artigo publicado no Boletim de Análise Político-Institucional do IPEA, em novembro de 2021, encontramos a seguinte afirmação, a respeito dos mecanismos de equalização fiscal:

"Em países federativos, o problema da equalização fiscal tem duas dimensões: do lado da oferta, proporcionar capacidades fiscais adequadas entre os níveis de governo; e, do lado da demanda, atender às necessidades específicas da sociedade local, dadas as restrições orçamentárias.

[...] Aspectos estruturais específicos de oferta e demanda são essenciais para a provisão adequada de serviços públicos associados a grupos sociais específicos, tais como estrutura etária da população, nível de escolaridade, acesso a bens privados, taxas de mortalidade e de longevidade, estrutura produtiva, emprego, renda, tipos e custos de serviços públicos."

(MENDES, C.C. "Equalização fiscal no Brasil: distorções e proposta para o caso dos Estados". **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 30, novembro de 2021. p. 49)

Tal afirmação, se projetada sobre o arcabouço de equalização fiscal brasileiro, vigente desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, embasa

- (A) uma crítica ao sistema brasileiro de equalização fiscal, visto que este, através da estrutura do Fundo de Participação dos Estados (FPE), menospreza o lado da oferta.
 - (B) um elogio à estruturação do Fundo de Participação dos Estados (FPE), dado que este contempla exatamente esses aspectos estruturais de oferta e demanda.
 - (C) uma nova abordagem teórica, com propostas inovadoras a respeito da estruturação de nosso sistema de equalização fiscal federativa.
 - (D) um elogio à eficácia do atual sistema de equalização fiscal brasileiro, baseado no Fundo de Participação dos Estados (FPE), por privilegiar o lado da demanda.
 - (E) uma crítica ao arcabouço do Fundo de Participação dos Estados (FPE) por contemplar, apenas, o lado da oferta.
43. O modelo de Tiebout que tenta caracterizar as condições sob as quais se conseguiria obter a produção eficiente de bens e serviços públicos contempla a hipótese de que
- (A) os consumidores-eleitores estão fixados nas cidades onde vivem, sem possibilidade de migração.
 - (B) os consumidores têm conhecimento perfeito dos vários níveis de impostos e serviço público oferecidos por todas as localidades e respondem a esses diferentes níveis conforme suas preferências.
 - (C) se observa a ocorrência de externalidades de uma jurisdição para outra.
 - (D) não se pode estabelecer um tamanho ótimo para cada tipo de comunidade, com base nas preferências por bens públicos e tributação.
 - (E) as diferentes localidades, enquanto houver moradores em número inferior ou superior ao nível ótimo, procuram atrair ou repelir moradores para que se possa calcular o benefício marginal máximo ofertado por cada localidade.



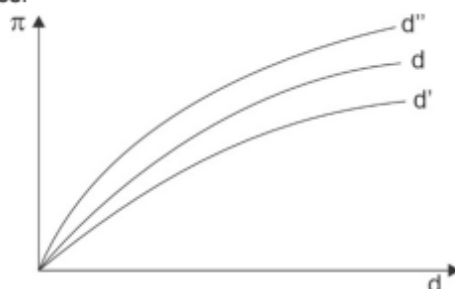
44. O modelo de Lindhal para provisão de bens públicos é também conhecido como modelo de "preços personalizados", isto porque:
- (A) para o fornecimento ótimo de dado bem, oferta-se a quantidade que iguala o custo médio ao benefício total percebido por cada indivíduo.
 - (B) prevê, através de estudos empíricos, que a propensão marginal a pagar por um bem, em sociedades homogêneas, é a mesma para todos os consumidores.
 - (C) a partir da curva de demanda agregada de um dado grupo, estabelece-se a taxa média que será paga igualmente por cada consumidor.
 - (D) dispensa a hipótese de que cada indivíduo reconheça suas preferências.
 - (E) baseia-se nas propensões marginais, de cada indivíduo, à aquisição de um dado bem público.

45. Acerca do "federalismo fiscal", entendido como processo de descentralização fiscal, afirma-se que ele se justificaria pelos seguintes fatores:

- I. A área do território nacional.
- II. O grau desejado de envolvimento político do cidadão nas decisões fiscais.
- III. A procura de uma alocação de recursos mais eficiente do ponto de vista econômico estrito.
- IV. A busca da contiguidade financeira (arrecadação/gasto) entre o recurso e o benefício.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
46. O gráfico a seguir relaciona a taxa de inflação (π , no eixo das ordenadas) com o comportamento do déficit público (d , no eixo das abscissas), tomando-se tudo mais constante. As curvas d , d' e d'' representam o déficit público para diferentes níveis de indexação da arrecadação de impostos.



No gráfico, tendo como perspectiva o efeito Olivera-Tanzi,

- (A) há uma tendência à redução do déficit público conforme a taxa de inflação se acelera.
 - (B) quando não há inflação, o aumento do déficit decorrente da deterioração da arrecadação de tributos é crescente.
 - (C) quanto maior a indexação da arrecadação de impostos, menor o efeito da inflação sobre o déficit.
 - (D) à medida que a taxa de inflação cresce, o déficit aumenta a taxas decrescentes.
 - (E) a curva d' representa um nível maior de indexação da arrecadação se comparada à curva d'' .
47. O quadro a seguir apresenta dados hipotéticos de três países distintos, no início de 2025. Na primeira coluna temos a apresentação desses países, na segunda coluna a porcentagem de endividamento com relação ao PIB, na terceira coluna o prazo médio de maturação da dívida, na quarta coluna a taxa real de juros praticada internamente e na quinta coluna o crescimento médio do PIB nos últimos dez anos.

Pais	Relação Dívida/PIB (%)	Maturação Média (Anos)	Juros Reais Médios (% a.a.)	Crescimento Médio (% do PIB)
Itália	120	15	3	1,5
Grécia	110	10	5	0,5
Irlanda	100	7	5	0,7

Considerando-se exclusivamente estes quatro fatores, mantido tudo mais constante,

- (A) o forte endividamento italiano como proporção do seu PIB torna este país como o de pior situação, entre os três, em termos de capacidade de endividamento, levando em conta os quatro indicadores.
- (B) o prazo de maturação média da dívida (prazo médio de vencimento) não é relevante para a avaliação da capacidade financeira de um país de saldar suas dívidas.
- (C) a composição e o custo das dívidas públicas de Grécia e Irlanda são idênticos, apesar da diferença do tamanho dessas dívidas.
- (D) o crescimento econômico de um país é uma variável importante, afetando a relação Dívida/PIB.
- (E) o relativo baixo endividamento irlandês como proporção do seu PIB, frente à Itália e à Grécia, torna a Irlanda o país de melhor situação em termos de capacidade de endividamento, levando em conta os quatro indicadores.



48. A partir da comparação entre as visões clássica e keynesiana a respeito da presença do setor público no "equilíbrio macroeconômico", conclui-se que:
- (A) Em um quadro de depressão econômica, quando ocorre a armadilha da liquidez, sob a perspectiva keynesiana, justifica-se a adoção de uma política fiscal expansionista por parte do Governo.
 - (B) O pressuposto clássico de perfeita flexibilidade de preços e salários justifica a função distributiva do Estado.
 - (C) Keynes, em sua obra *A Teoria Geral*, ao tomar a produção total como um dado e o pleno emprego como decorrência do funcionamento do sistema capitalista, abre espaço para o desempenho do papel anticíclico do poder público.
 - (D) A função de regulação de preços exercida pelo setor público está ancorada na assunção da hipótese da função de entesouramento da moeda, pela economia clássica.
 - (E) No modelo keynesiano, a propensão marginal ao consumo é maior que a unidade, tendendo o sistema capitalista a gerar permanentes crises de sobreconsumo.
-
49. No curto prazo, quando um bem é tributado, o ônus da tributação é dividido entre consumidores e produtores
- (A) onerando menos os consumidores quando a curva de demanda é inelástica, relativamente à curva de oferta.
 - (B) penalizando sempre mais o consumidor que o produtor, uma vez que a adoção do tributo gera um aumento do preço de mercado do bem.
 - (C) dependendo da elasticidade de preço relativa entre as curvas de demanda e de oferta daquele bem.
 - (D) de forma igualitária, pois com a adoção do tributo as curvas de oferta e demanda se deslocam gerando um novo equilíbrio que sempre gera uma cotização equânime.
 - (E) recaindo mais sobre o consumidor quando a curva de oferta for menos elástica, relativamente à curva de demanda.
-
50. A respeito dos chamados "monopólios naturais", considere:
- I. Surgem quando há economias de escala para toda a faixa relevante de produção.
 - II. Mudanças tecnológicas podem alterar o regime de competição em ramos em que a condição monopolista predomina.
 - III. Ocorrem quando uma empresa opera no segmento ascendente da curva de Custo Total Médio.
 - IV. Têm como exemplos os serviços públicos, tais quais a distribuição de energia elétrica e a disposição de esgoto.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e III.
-

Direito Financeiro

51. A União, os Estados e os Municípios estão sujeitos aos controles orçamentários e à apresentação de balanços. Conforme a Lei nº 4.320/1964, que trata de normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços de entes públicos, a despesa será classificada nas categorias econômicas de
- (A) curto prazo, médio prazo e longo prazo, sendo que as últimas devem ser exigíveis a partir de quatro anos do término do exercício financeiro.
 - (B) despesas correntes e despesas de investimentos, sendo que estas últimas se desdobram em juros incorridos, juros acumulados, despesas de transação e depreciação.
 - (C) despesas flexíveis e despesas não flexíveis, sendo que as últimas se desdobram em pessoal, aposentados, juros e dívidas financeiras e contratuais a pagar.
 - (D) despesas de custeio e despesas de investimento, sendo que as últimas se desdobram em inversões financeiras e transferências de capital.
 - (E) despesas correntes e despesas de capital, sendo que as últimas se desdobram em investimento, inversões financeiras e transferências de capital.
-
52. A Lei do Orçamento da União, Estado ou Município deve conter a discriminação da receita e da despesa do ente. Conforme a Lei nº 4.320/1964, a despesa será classificada como despesa de capital, na categoria econômica de investimento, quando se tratar de
- (A) dotações para manutenção, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - (B) dotação para planejamento de obras, bem como para o aumento de capital de empresas sem caráter comercial ou financeiro.
 - (C) aquisição de imóveis urbanos já em utilização pelo ente público.
 - (D) inversão financeira em outras pessoas de direito público, para que estas realizem investimentos previstos em lei ou para amortizar dívida.
 - (E) aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital da empresa.
-



53. A elaboração do orçamento é uma etapa importante para a gestão financeira dos entes públicos. Após esta etapa, tendo sido o orçamento aprovado, outra etapa importante na gestão das contas públicas é a da execução do orçamento. Conforme a Lei nº 4.320/1964, o pagamento da despesa pública
- (A) deve resultar na emissão de nota de empenho, que representa o ato emanado de autoridade competente para formalizar a liquidação da obrigação de pagamento pendente.
 - (B) será efetuado após o empenho da respectiva despesa, por ato emanado de autoridade competente, e, após o pagamento ser efetuado, será realizada a liquidação da despesa.
 - (C) só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
 - (D) deve ser seguido pela regular liquidação da despesa, que consiste em formalizar a extinção do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos que deram base ao respectivo crédito.
 - (E) pode ser feito sem a emissão de nota de empenho, sendo vedado, todavia, o empenho global de despesas contratuais, cujo pagamento possa ser feito em parcelas.
-
54. No âmbito da elaboração do orçamento, a Lei nº 4.320/1964 prevê que a receita pública será classificada na categoria econômica de:
- (A) receita corrente ou de receita de capital, conforme o caso, sendo que, dentre as receitas de capital, encontram-se aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - (B) receita operacional ou receita de capital, sendo que a primeira abrange os valores provenientes de arrecadação tributária em geral e os provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - (C) receita de capital, quando se tratar de valor recebido em decorrência de sucesso na cobrança de dívida ativa, no caso de a inscrição do débito ter ocorrido em exercício anterior.
 - (D) receita corrente, quando se tratar de receitas tributárias do exercício corrente e provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - (E) receita de capital, quando se tratar de valor decorrente de tributação sobre investimentos, como, por exemplo, as receitas de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
-
55. No decorrer do ano civil, com a execução do orçamento sendo realizada, a gestão do Ente público deve ficar atenta, entre outras coisas, ao fluxo de caixa e à escrituração dos eventos relativos ao exercício financeiro em andamento. Conforme a Lei nº 4.320/1964, a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta referida lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários,
- (A) desde que já inscritos em dívida ativa, para outra pessoa jurídica de direito público, apenas se a finalidade for solver dívida vencida e exigível, do cedente para com o comprador.
 - (B) apenas se previamente inscritos em dívida pública, assegurando ao adquirente a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos cedidos e dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos.
 - (C) de forma que, após a cessão, o crédito cedido venha a ter a natureza de crédito privado, estando sujeito às regras de cobrança, atualização, juros e penalidades previstas no Código Civil.
 - (D) inscritos ou não em dívida ativa, a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo de investimento regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
 - (E) sendo que a operação deve ser contabilizada como adiantamento de receitas futuras, por não se tratar de venda definitiva de ativos.
-
56. Os fluxos financeiros dos entes públicos estão sujeitos a controles e devem ser classificados, escriturados e demonstrados pelos gestores, na forma prevista em lei. Para fins do disposto na Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, entende-se por transferência voluntária
- (A) a entrega de recursos correntes ou de capital, a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
 - (B) a remessa de recursos financeiros, para outro Estado ou para Município do mesmo Estado, a título de observação de norma constitucional de repartição de produto da arrecadação, sem que a matéria tenha sido objeto de ordem judicial.
 - (C) o pagamento de despesa prevista na lei orçamentária, após a emissão do respectivo precatório ou ordem de empenho.
 - (D) a entrega de recursos não vinculados a qualquer finalidade específica, para Estado ou Município, para cobrir necessidades de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas neles residentes.
 - (E) a que decorre de liberalidade do gestor público, no caso de existência de superávit orçamentário no exercício em curso, para reduzir sobra de caixa, destinada a pessoas de baixa renda, residentes no Estado ou no Município.
-
57. A destinação de recursos financeiros por ente público para o setor privado, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) não pode ser realizada diretamente, nem mesmo se prevista em lei específica, ressalvada a possibilidade de transferência dos valores para organização não governamental, que então poderá destinar os recursos para o setor privado, segundo regras de direito privado.
 - (B) pode ser realizada apenas de forma direta, vedada a interveniência ou intermediação de qualquer tipo, e podendo ser utilizados apenas recursos originados de operações de crédito ou transferências voluntárias recebidas.
 - (C) deverá ser autorizada por lei específica, federal, estadual ou municipal, e também atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentária, e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
 - (D) pode ser destinada apenas para pessoas físicas, residentes no Brasil, há pelo menos três anos.
 - (E) pode ter como favorecidas apenas pessoas jurídicas, constituídas há pelo menos dois anos, na forma de sociedade empresária.



58. No que se refere à dívida e ao endividamento de ente público, a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que:
- (A) no âmbito da União serão excluídos dos informativos relacionados à dívida pública consolidada os montantes referentes à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
 - (B) nos âmbitos estadual e municipal não integram a dívida pública consolidada os montantes relativos às operações de crédito de prazo inferior a dezoito meses.
 - (C) o refinanciamento da dívida mobiliária trata de emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
 - (D) dívida pública mobiliária é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - (E) o montante dos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluído deve ser excluído da dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites relativos a dívidas públicas.
-
59. A Lei Complementar nº 101/2000, que se refere à transparência na gestão fiscal, prevê especificamente
- (A) que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão setorial de contabilistas do Brasil, nos mesmos padrões e regras dos aplicáveis às empresas abertas listadas em bolsas de valores.
 - (B) que deve ser liberado o conhecimento e acompanhamento para a sociedade, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira; e que, quanto à receita, os dados de recebimento e recebíveis, por pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no Brasil.
 - (C) o acesso, em tempo real, e que, quanto à despesa, todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, inclusive quanto ao pagamento a pessoas físicas, por CPF e por local de residência (CEP), de pensões, benefícios, ajuda de custo, bolsa família e assistência social.
 - (D) que a transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
 - (E) que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Congresso Nacional e aos Tribunais de Contas, mensalmente, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas, interna e externa, que deverá ser de livre acesso à população por meio digital, inclusive a relação dos credores.
-
60. A Lei Complementar nº 101/2000, que trata de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, seguindo parâmetros previstos da Constituição Federal de 1988, estabelece regras sobre previsão e arrecadação de receitas públicas.
- No âmbito de previsão da arrecadação tributária, a referida lei determina especificamente que
- (A) as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão a inexistência de alterações na legislação, de índice de preços, ou de qualquer outro fator e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos cinco anos.
 - (B) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
 - (C) o Poder Executivo deve colocar à disposição dos demais Poderes os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para que eles elaborem as respectivas propostas de receitas e gastos, no prazo de seis meses, e apontem eventuais erros e omissões nos documentos recebidos.
 - (D) a concessão de benefício de natureza tributária, que afete negativamente a receita pública de forma relevante, deverá estar acompanhada de estimativa de impacto, abrangendo o exercício em que deva iniciar sua vigência e os quatro seguintes.
 - (E) compete ao Poder Legislativo reestimar a receita prevista pelo Poder Executivo se entender que os valores de receitas previstos não são os esperados ou os desejados pela sociedade.
-

Licitação e Contratos

61. O denominado Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 em relação ao procedimento prévio às contratações públicas, sendo que ele
- (A) constitui requisito obrigatório a ser exigido dos licitantes nas contratações de obras públicas, salvo aquelas consideradas de baixa complexidade.
 - (B) é obrigatório apenas nas contratações efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
 - (C) apresenta, como um de seus elementos obrigatórios, as justificativas para o parcelamento ou não da contratação.
 - (D) integra a fase interna da licitação, sendo documento obrigatório para os certames relativos a obras e facultativo no caso de licitações para compras e serviços.
 - (E) deve contemplar, necessariamente, a matriz de riscos do contrato e as respectivas medidas mitigadoras.
-



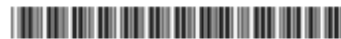
62. Considere que o Estado pretenda firmar um contrato de concessão e tenha optado por adotar a modalidade licitatória diálogo competitivo. Tal opção, considerando as disposições introduzidas pela Lei nº 14.133/2021,
- (A) afigura-se juridicamente cabível, sendo que outra alternativa igualmente legal seria a adoção da modalidade concorrência.
 - (B) não possui base legal, eis tal modalidade aplica-se apenas para parcerias público-privadas, não sendo aplicável às concessões comuns.
 - (C) importará a obrigatoriedade de pontuação das propostas técnicas dos licitantes, cujo resultado deverá balizar a escolha da melhor proposta.
 - (D) somente será possível se a concessão envolver, para a consecução de seu objeto, inovação tecnológica relativa a aspectos construtivos ou operacionais.
 - (E) afigura-se juridicamente incabível, dado que tal modalidade é destinada à aquisição de bens mediante sistema de registro de preços.
-
63. Considere que a Administração Pública necessite instalar um posto de atendimento à população e não possua imóvel vago e disponível que atenda tal objeto. Pretende, assim, alugar ou adquirir imóvel disponível no mercado, mediante prévia avaliação do mesmo, do seu estado de conservação, dos custos de eventuais adaptações imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos. Tendo identificado um imóvel que considerou adequado, teme que não esteja disponível após o prazo necessário para um eventual procedimento prévio de licitação. Considerando a situação narrada e a legislação de regência, tem-se que:
- (A) apenas na hipótese de urgência devidamente comprovada é possível a aquisição ou locação do imóvel com inexigibilidade de licitação, desde que comprovada a compatibilidade do preço com os praticados pelo mercado.
 - (B) apenas a locação poderá ser realizada sem o prévio procedimento licitatório, vedada a dispensa para aquisição independentemente da necessidade da escolha em função das instalações e da localização do imóvel.
 - (C) trata-se de hipótese de dispensa de licitação, independentemente das condições específicas do imóvel, dado que a locação e a aquisição de imóveis são negócios jurídicos regidos pelo Código Civil, afastando a aplicação da legislação de contratação pública.
 - (D) será inexigível procedimento licitatório tanto para a locação como para a aquisição do imóvel, se as características de instalações e de localização tornarem necessária a escolha do imóvel, cumpridos os requisitos de avaliação mencionados.
 - (E) a Administração deverá comprovar a vantajosidade da locação ou da aquisição do imóvel, do ponto de vista da economia, sendo tal condição suficiente para afastar o procedimento licitatório em locações ou aquisições de imóveis.
-
64. De acordo com o regramento estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a revogação de um procedimento licitatório pela autoridade responsável pela licitação é medida juridicamente
- (A) possível, apenas se ainda não recebidas as propostas dos licitantes, após o que somente é possível a anulação por vícios do procedimento.
 - (B) admissível, por motivo de conveniência e oportunidade, mediante comprovação de fato superveniente, independentemente da fase da licitação.
 - (C) admissível, apenas se comprovada fraude, conluio dos licitantes ou alguma ilegalidade manifesta, assegurado o contraditório.
 - (D) juridicamente vedada, dado que se trata de matéria que extrapola a autotutela conferida à Administração para rever seus atos.
 - (E) legítima, caso se considere que o vencedor apresenta risco de inidoneidade ou de inexecução contratual não obstante apresentada garantia de execução.
-
65. Suponha que tenha sido celebrado um contrato para reforma de uma escola e que, no curso da execução do objeto, a Administração tenha identificado a necessidade de realização de outras intervenções da mesma natureza, as quais, contudo, extrapolam o valor originalmente contratado. De acordo com a disciplina legal aplicável à situação, a
- (A) modificação dos quantitativos contratados somente é admissível se for decorrente de alteração de projeto ou de suas especificações.
 - (B) administração pode alterar unilateralmente o contrato, observado o limite máximo de 25% do objeto, devidamente atualizado.
 - (C) majoração de quaisquer quantitativos depende de acordo entre Administração e a contratada em relação à remuneração pelos acréscimos incorporados.
 - (D) equação econômico-financeira do contrato deverá ser revista para incorporar a economia de escala decorrente dos acréscimos pretendidos.
 - (E) contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimo de até 50% do valor inicial atualizado do contrato.
-
66. Suponha que a Administração tenha publicado edital de chamamento público para procedimento de manifestação de interesse da iniciativa privada, nos termos disciplinados pela Lei nº 14.133/2021, objetivando o recebimento de estudos com soluções inovadoras para determinado objeto. De acordo com a sistemática estabelecida na legislação de regência, uma vez recebidos tais estudos,
- (A) caberá à Administração avaliar a qualidade técnica e pertinência desses estudos e, se aceitos, deverão ser objeto de pagamento conforme orçamento previamente aprovado.
 - (B) será conferido ao autor dos estudos o direito de preferência na licitação instaurada para o objeto dos estudos.
 - (C) embora tal circunstância não confira ao autor dos estudos prioridade na contratação do objeto, assegura o ressarcimento, pela Administração, dos custos incorridos.
 - (D) a Administração fica obrigada a realizar a licitação para o objeto respectivo, assegurando-se que o vencedor efetue o ressarcimento dos estudos aceitos.
 - (E) tal circunstância não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos na elaboração dos estudos.



67. Suponha que tenha sido celebrado um contrato de prestação de serviços de limpeza por determinado órgão da Administração e, em face de contingenciamento de recursos orçamentários, referido órgão esteja atrasando os pagamentos devidos à empresa contratada, estando inadimplente há mais de 30 dias. Referida empresa notificou a Administração, informando que não possui fluxo de caixa para suportar os referidos atrasos e que iria, então, suspender a execução dos serviços. Requereu, ainda, a rescisão do contrato. Considerando o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, a contratada
- (A) poderá suspender a execução do contrato e promover a rescisão por culpa da Administração desde que o atraso nos pagamentos seja superior a 90 dias.
 - (B) possui a prerrogativa de suspender a execução contratual, caso comprove a inviabilidade da continuidade, porém não possui direito à rescisão administrativa.
 - (C) somente poderá suspender a prestação dos serviços e propor à Administração a rescisão do contrato a partir de atrasos superiores a 2 meses.
 - (D) não poderá suspender a execução do contrato, dado o princípio da continuidade do serviço público, qualquer que seja o período de inadimplemento pela contratante.
 - (E) possui direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a partir de atrasos superiores a 90 dias, porém não possui direito à rescisão contratual.
-
68. Suponha que a Administração pretenda contratar a execução de serviços ou a aquisição de bens mediante credenciamento. Tal medida afigura-se possível
- (A) quando viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, ou seja, entre outras hipóteses, para contratações paralelas e não excludentes.
 - (B) apenas se comprovado que se trata de mercado fluido, com bens ou serviços cuja escassez pode dificultar a aquisição mediante procedimento licitatório ou pelo sistema de registro de preços.
 - (C) para contratação de consultores, advogados e outros profissionais liberais, desde que se trate de serviços de natureza predominantemente técnica e intelectual, vedado o credenciamento para aquisição de bens.
 - (D) apenas se adotado o sistema de registro de preços, como etapa prévia ao procedimento de pregão, vedado o credenciamento como procedimento substitutivo da licitação para aquisição de bens e serviços em quaisquer condições.
 - (E) para alienação de bens móveis inservíveis, mediante procedimento de leilão a interessado pré-qualificado mediante credenciamento, entre outras hipóteses.
-
69. Considere que a Administração pretenda alienar alguns imóveis de sua titularidade, objetivando obter recursos para um programa de investimentos prioritários em saneamento básico, tendo obtido autorização legislativa para a venda dos imóveis. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei nº 14.133/2021,
- (A) os imóveis podem ser alienados independentemente de prévia avaliação, desde que mediante leilão conduzido por leiloeiro oficial.
 - (B) as alienações podem ser feitas com dispensa de licitação, em razão da autorização legislativa, desde que comprovado o interesse público e a vantajosidade da venda.
 - (C) as alienações demandam a adoção da modalidade concorrência, precedida de avaliação individualizada dos imóveis a serem alienados.
 - (D) as vendas dependem de prévia avaliação e de licitação na modalidade leilão, dispensada, entre outras hipóteses, para venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública.
 - (E) apenas os imóveis procedentes de adjudicação ou outro procedimento judicial poderão ser alienados com dispensa de licitação.
-
70. Suponha que, após regular procedimento licitatório instaurado para contratação de obras de recapeamento de rodovias, a licitante vencedora tenha notificado a Administração informando que não teria mais interesse em realizar o objeto contratual em função de circunstâncias supervenientes. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei nº 14.133/2021,
- (A) não se vislumbra infração por parte do licitante vencedor, o qual não está obrigado a firmar o contrato após adjudicação do objeto, esta que lhe confere apenas o direito de preferência ao qual pode renunciar em favor do segundo colocado.
 - (B) a Administração pode convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sendo facultativa a aceitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao licitante vencedor.
 - (C) o licitante vencedor apenas poderá ser desonerado da obrigação de firmar o contrato nos termos da sua oferta, caso comprove que ela se tornou manifestamente antieconômica em razão de álea extraordinária.
 - (D) o licitante ficará sujeito à aplicação das penalidades previstas no contrato e a Administração autorizada a adjudicar o objeto ao segundo colocado e firmar o contrato nas condições por este ofertadas, desde que a diferença em relação ao vencedor não seja superior a 10%.
 - (E) o licitante vencedor somente poderá recusar-se a assinar o contrato se comprovar a ocorrência de caso fortuito ou motivo de força maior, desonerando-se da aplicação das sanções cabíveis desde que o segundo colocado aceite a execução do objeto por valor inferior à proposta vencedora.

**Finanças Públicas**

71. No campo do estudo das finanças públicas e da evolução do papel do Estado na economia, o exercício da função alocativa
- (A) corresponde à orçamentação pública no aspecto relativo à escolha das despesas que serão priorizadas em face da escassez de receitas, excluídas as medidas relativas à produção de bens e oferta de serviços públicos.
 - (B) manifesta-se por medidas que tenham como objetivo a melhoria da eficiência econômica, com a redução de falhas de mercado, sendo exemplo de tal função a oferta pelo Estado de bens públicos.
 - (C) tem como principal objetivo a redistribuição de renda e a redução de desigualdades sociais e regionais, excluídas as medidas relacionadas com redução ou eliminação de falhas de mercado.
 - (D) é também denominada anticíclica ou estabilizadora, sendo voltada exclusivamente a aspectos macroeconômicos e de política fiscal.
 - (E) tem como objetivo transferir ao setor privado funções originalmente cometidas ao Estado, mediante privatizações e concessões, com vistas à eliminação da intervenção direta do Estado na economia.
-
72. As denominadas falhas de mercado são entendidas como situações ou circunstâncias
- (A) tidas como deformações do sistema da livre concorrência, as quais somente podem ser eliminadas com medidas de dirigismo estatal.
 - (B) inerentes aos mercados onde existe a denominada concorrência perfeita, esta que se opõe à eficiência econômica do ponto de vista alocativo.
 - (C) que impedem que ocorra uma situação de ótimo de Pareto, ou seja, que pioram ou afastam os mercados da eficiência econômica.
 - (D) que afetam apenas a parcela da população excluída do mercado de trabalho e de consumo, podendo ser eliminadas com medidas redistributivas.
 - (E) próprias de economias que não se baseiam na livre iniciativa, dado que a denominada "mão invisível" do mercado tende a evitar a ocorrência de tais falhas.
-
73. Atualmente verifica-se grande discussão acerca dos benefícios dos veículos elétricos ao meio ambiente consistentes na redução da poluição e da emissão de gás carbônico. Ocorre que o preço de comercialização ainda tem se mostrado pouco competitivo em relação aos movidos a gasolina e álcool, ocorrendo uma demanda baixa pela aquisição de tais veículos e uma consequente sub-oferta. Esse cenário denota uma situação clássica em que
- (A) os agentes econômicos atuam de forma a distorcer o mercado, criando barreiras de entrada a novos competidores, denominadas "risco pesado".
 - (B) existe uma externalidade negativa evidenciada nas transações relativas ao referido bem, a qual pode ser neutralizada com medidas de incentivo fiscal.
 - (C) há um "custo afundado" na produção de tais bens que pode ser neutralizado com medidas redistributivas, como fomento à inovação.
 - (D) trata-se de um mercado assimétrico, onde apenas as externalidades negativas são capturadas nos custos de transação e incorporadas no preço praticado.
 - (E) o benefício à coletividade (diminuição da poluição) corresponde a uma externalidade positiva que supera o benefício ao particular e não é capturado no preço da transação.
-
74. No que concerne aos bens públicos ditos puros, tem-se, entre os seus atributos, a denominada não-rivalidade, o que significa que
- (A) respondem ao princípio da subsidiariedade, de forma que um bem público somente pode ser ofertado se não rivalizar com outro da mesma natureza.
 - (B) esses bens possuem um baixo custo-marginal, de forma que a precificação do seu uso pelos cidadãos atende ao princípio da modicidade.
 - (C) não competem entre si, de modo que cabe ao poder público prover diferentes utilidades à população, como forma de mitigar as falhas do mercado.
 - (D) o seu consumo por parte de um indivíduo ou de um grupo social não prejudica o consumo do mesmo bem pelos demais integrantes da sociedade.
 - (E) não competem com os bens privados, dado que estes últimos são dotados do atributo da não-exclusividade.
-
75. A partir de meados dos anos de 1990, com o movimento de desestatização, verificou-se que, em diversos setores nos quais havia a presença exclusiva ou predominante do Estado como fornecedor de bens e serviços, a iniciativa privada passou a ser a ofertante. Nesse contexto, setores como o de energia elétrica passaram a demandar a atuação regulatória do Estado, dado que são exemplos de
- (A) monopólios naturais, nos quais o custo fixo de implantação é bastante elevado e os custos marginais são decrescentes.
 - (B) mercados incompletos, onde não é possível a competição perfeita em face do crescente custo marginal de produção.
 - (C) oligopólios, eis que a presença de um único ofertante, embora ineficiente, é aceita em razão da ausência de ganhos de escala na produção.
 - (D) monopsonios, em que um único fornecedor ou produtor de bens e serviços controla o mercado e a formação dos preços.
 - (E) assimetrias informacionais, eis que os custos envolvidos na produção dos serviços não são passíveis de verificação em termos de eficiência.



76. No que tange à política fiscal adotada por determinado Governo e as estratégias de tributação adequadas para o financiamento público, a denominada Curva de Laffer exprime um conceito de acordo com o qual
- (A) somente com a adoção de incentivos fiscais e subvenções econômicas é possível obter o ponto máximo de eficiência fiscal.
 - (B) os benefícios fiscais devem ser considerados gastos fiscais, pois representam uma renúncia de receitas tributárias potenciais.
 - (C) o aumento da carga tributária é efeito da melhoria dos indicadores econômicos, e deve seguir a mesma curva de crescimento do produto interno bruto.
 - (D) o ponto ótimo da fixação da alíquota de determinado tributo é obtido a partir da intersecção entre as necessidades de financiamento público e recursos privados disponíveis.
 - (E) aumentar a alíquota do imposto além de certo limite pode levar a uma redução na receita fiscal total, eis que pode desincentivar a atividade econômica e aumentar a evasão fiscal.
-
77. No campo da tributação e arrecadação fiscal, o denominado efeito Tanzi
- (A) corresponde ao efeito regressivo da tributação, eis que, embora as alíquotas de impostos de consumo sejam, em princípio, iguais para todos os contribuintes, os efeitos da carga tributária são muito mais deletérios em face daqueles com níveis menores de renda.
 - (B) analisa a relação entre arrecadação fiscal e taxas de inflação, considerando a perda de valor real dos tributos em função do aumento dos preços entre o momento da ocorrência do fato gerador e o momento em que o tributo é efetivamente recolhido aos cofres públicos.
 - (C) corresponde ao declínio da carga tributária em extratos mais ricos e influentes da população, em razão de sua capacidade de mobilização e influência política, gerando distorções alocativas.
 - (D) opõe-se à desejável neutralidade tributária, eis que, em função de erros de calibragem nas alíquotas ou base de cálculo dos impostos, acaba por induzir comportamentos indesejados por parte dos agentes econômicos.
 - (E) verifica-se em economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, nas quais não é possível atingir o ponto de equidade tributária em razão da ampla necessidade de subsídios e benefícios fiscais.
-
78. O princípio segundo o qual o sistema tributário deve interferir o mínimo possível nas decisões econômicas dos agentes, prediciendo que os tributos não devem distorcer as escolhas de consumo, poupança, investimento ou produção, consiste no princípio da
- (A) neutralidade.
 - (B) equidade.
 - (C) isonomia.
 - (D) capacidade contributiva.
 - (E) justiça fiscal.
-
79. Suponha-se que, ao final de determinado exercício orçamentário, a União tenha apresentado resultado nominal positivo, apurando superávit nominal, porém resultado primário negativo, ou seja, apresentando déficit primário. Tal cenário
- (A) indica um cenário de forte recessão, pois o resultado primário é obtido a partir da multiplicação do resultado nominal pela variação do PIB em relação ao exercício antecedente.
 - (B) afigura-se bastante incomum, dado que o resultado nominal costuma ser superior ao resultado primário pois agrega a inflação do período, podendo ser explicado por um cenário de deflação.
 - (C) explica-se pelo fato de que, na apuração do resultado primário, deduz-se do resultado nominal a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida.
 - (D) decorre da diferença na apuração desses dois indicadores, que não guardam relação direta entre si, sendo o resultado primário relativo às atividades do setor agrícola e industrial e o nominal ao resultado do setor de serviços.
 - (E) pode ser explicado pelo expurgo indevido de algumas despesas, como gastos com previdência ou precatórios, dado que, do ponto de vista técnico, os dois resultados devem guardar equivalência.
-
80. O conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) corresponde
- (A) a um conceito puramente econômico, que toma por base o que seria desejável obter em termos de receitas públicas para fazer frente ao custeio das políticas públicas e dos investimentos a cargo do Estado.
 - (B) à variação da dívida consolidada ou fundada do ente no decorrer do exercício, sendo uma medida de estoque e não de fluxo, utilizada como limitador da ampliação do endividamento público.
 - (C) ao montante a ser obtido por meio da arrecadação tributária e medidas de alienação de ativos, suficiente para a cobertura das despesas projetadas para determinado período.
 - (D) ao montante de recursos que o Setor Público não-financeiro necessita captar junto ao setor financeiro interno e/ou externo, além de suas receitas fiscais, para fazer frente aos seus gastos.
 - (E) a uma medida de fluxo, conhecida como "Capag", indicando a capacidade de pagamento das obrigações financeiras do ente sem que haja comprometimento das despesas de caráter obrigatório.